



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11528 - Resumo Expandido - Pôster - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

PESQUISANDO POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: A POTÊNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CICLO DE POLÍTICAS

Andresa Fernanda Almeida de Oliveira - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

Ozerina Victor de Oliveira - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/UFMT

INTRODUÇÃO

A Política de Ação Afirmativa (PAA), cotas raciais, materializa-se devido ao movimento negro (MN), suas reivindicações e mobilizações. Passada a primeira década de criação da política nas Instituições de Ensino Superior (IES), estudantes negros/as e pardos/as são maioria, porém, seguem sub-representados/as ao percentual populacional brasileiro de 55,8% (IBGE, 2019). Faz-se necessário, uma análise para além de dados quantitativos ou de análises lineares de implementação, dando visibilidade aos movimentos políticos por elas geradas, no sentido de inclusão, ou não, de pessoas negras nas universidades públicas.

Nesse propósito, este trabalho constitui reflexões teórico-metodológicas de um projeto de pesquisa em Políticas Curriculares e Ações Afirmativas, em andamento do Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UFMT), *campus* Cuiabá.

A reflexão se encontra orientada pela centralidade da diferença na condição de políticas curriculares (MACEDO, 2006), com o intuito de desnaturalizar processos de identificação pensados sob a lógica do determinismo biológico de projetos educacionais colonialistas, pois, “[...] muitos foram os estudos que buscaram mostrar a inferioridade de sujeitos não-brancos e construíram suas propostas educativas baseadas nessa inferioridade (...)” (MACEDO, 2006, p. 335).

As intersecções teórico-metodológicas que possibilitam enxergar o movimento das PAAs apresentadas neste estudo implicam a compreensão do movimento cíclico e discursivo

das políticas a partir de Ball (2001), viabilizando a problematização e análise substantivas de uma política de currículo em processo, desde seus primeiros contornos.

Primeiras reflexões em torno das Políticas de Ações Afirmativas

Desde períodos coloniais o MN reivindica lugar de poder, juntamente com a valorização cultural e condições socioeconômica dignas, visto que diversos projetos de genocídio e de exclusão foram construídos para silenciar e apagar o/a negro/a das diversas esferas da sociedade e manter as formas de subalternização e poder sobre os corpos, mentes, saberes e gênero (LUGONES, 2014).

No cenário brasileiro, por reconhecimento e por justiça racial, as ações do MN influenciaram e provocaram o Estado e as IES a promover políticas públicas educacionais de acesso, permanência e valorização da população negra e de suas culturas, trazendo para “o centro do debate questões multiculturais que sempre estiveram pouco presentes” (MACEDO, 2006, p. 328).

O trabalho coletivo dos movimentos sociais confrontou o sistema hegemônico da educação, argumentando e tensionado para a reformulação dos currículos educacionais. Esse conjunto de discursos dos agentes mobilizadores envolvidos na produção da PAA pode ser pensado no contexto de influência, “onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos” (BALL, 2009, p. 20).

Neste breve estudo, destacamos o processo de produção e materialização da PAA da UFMT. Em 2003 estudantes vinculados ao MN do campus de Rondonópolis mobilizaram 6,200 assinaturas. O documento foi enviado para a UFMT de Cuiabá, o que resultou na aprovação da RESOLUÇÃO CONSEPE, n. 110, de 10 de dezembro de 2003. (ALBUQUERQUE, et al., 2019), enfrentou diversas problemáticas, conseguindo sucesso com a RESOLUÇÃO CONSEPE, n. 97 de outubro de 2011.

Esse espaço de tempo da não incorporação da PAA para negros/as pardos/as na UFMT evidencia como as políticas de certa forma são frágeis, produzidas por acordos, podem ou não subsistir, pois, elas são traduzidas por processos complexos de influência. (BALL, 2001).

Considerações

As PAAs no interior das universidades desempenham papel fundamental no processo de democratização da educação, pelo reconhecimento e valorização das identidades invisibilizadas e subalternizadas. A materialização dessas políticas traz diferentes contextos, produções e relações de identificação/diferenciação, que evidenciam discursos potencializadores, ou não, dessas políticas, indicando seu caráter contingente, provisório e inacabado, que pode tanto avançar quanto retroagir em seus propósitos iniciais.

Percebe-se um movimento de construção, desconstrução e reconstrução da política ao qual o MN foi agente mobilizador que influenciou o processo de produção da PAA. O estudo também demonstra que o texto da política por si só não produz significações e nem mudanças, mas que ao articular com outros contextos produz sentidos e transformações sociais.

Palavras-Chave: Ciclo de Política. Currículo. Ação Afirmativa. Diferença.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. A. F. et al., Instituição de ensino superior: análise das capacidades resilientes diante das políticas de ações afirmativas. **R.G.Secr.,GESEC**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 47-72, jan/abr. 2019.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteira.**, v. 1, n. 2, p. 99-116, Jul/dez. 2001.

_____. Entrevista com Stephen j. Ball: Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. In: MAINARDES, J; MARCONDES, M. I. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan/abr, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12/711, de 29 agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil, 2019**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320, set/dez, 2014.

MACEDO, Elizabeth. Por uma política da diferença. **Caderno de Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 128, p. 327-356, maio/ago. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – **Resolução CONSEPE N.º 97, 31 De Outubro de 2011**- Dispõe sobre a criação de um Programa de Ação Afirmativa destinado a estudantes egressos de escola pública e estudantes negros, 2011.